

Doutrina

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A REFORMA PREVIDENCIÁRIA

André Studart Leitão

BREVE COMENTÁRIO AO ANTEPROJETO DE LEI ANTICRIME

André Nicolitt e Daniel Braga Lourenço

REFLEXÕES SOBRE A CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA

Samantha Khoury Crepaldi Dufner

“VIDA ARTIFICIAL”: novo paradigma e limites tecnológicos

Elizabeth Nantes Cavalcante e Débora Gozzo

DIREITO À PORTABILIDADE NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Laís Bergstein

INCONSTITUCIONALIDADE DA PENA PARA CRIME DE TORTURA OMISSIVA À LUZ DA CF/88

Rebecca Ferreira de Oliveira, Wilken Almeida Robert

DA IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ADVOGADOS POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Yeda Marina Pinto de Carvalho

OS EFEITOS DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL NAS INCORPORAÇÕES E PARCELAMENTOS DE SOLO URBANO: uma análise da Lei 13.786, de 27 de dezembro de 2018

Jesualdo Eduardo de Almeida Junior

ENSINO-APRENDIZAGEM DO DIREITO ADMINISTRATIVO MEDIANTE ESTUDO DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E AS VIRTUALIDADES EDUCATIVAS DO CASO DAS PEDALADAS FISCAIS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Antonio Jorge Pereira Júnior, Ronald Fontenele Rocha

A MORTE PRESUMIDA NA LAMA DE BRUMADINHO

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Rodolfo Pamplona Filho

O CUMPRIMENTO NO ÂMBITO CRIMINAL DA SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO HERZOG

Camila Henning Salmoria

A VALIDADE DO TESTAMENTO EM FAVOR DO FILHO SOCIOAFETIVO DA CONCUBINA

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Leonardo Macedo Poli, Mirelle Stéfani da Silva

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL: a celeridade processual como fundamento para a violação de garantias constitucionais

Alencar Frederico Margraf, Lilo Henrique Ponijalski e Ricardo Bispo Razaboni Junior

A INDÚSTRIA 4.0 E O FUTURO DA PRÁTICA JURÍDICA NO SÉCULO XXI

Edimur Ferreira de Faria, Luiza Mascarenhas Damasceno

A NOVA DISCIPLINA DA PRÉVIA INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO DECORRENTE DO ART. 34-A DO DECRETO-LEI 3.365/41

André Luiz dos Santos Nakamura

ATO PROCESSUALIZADO E AÇÃO ANULATÓRIA (ART. 966, § 4º, CPC)

Cássio Benvenuto de Castro

OS DESAFIOS DO COMPLIANCE CONTEMPORÂNEO

Victor Hugo Alcalde do Nascimento

INSTRUMENTALISMO E FORMALISMO-VALORATIVO EM CIÊNCIA PROCESSUAL: há algo de novo sob o sol?

Clarice Santos, Ney Maranhão e Rosalina Moitta Pinto da Costa

A MEDIAÇÃO EM PRÁTICA

Cristiane G. B. de Faria

A DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS

Dylliardi Alessi, Eduardo Cambi

A DUVIDOSA “POLÍTICA NACIONAL DE PISOS MÍNIMOS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS”

Gabriel Fernandes Khayat

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

AgRg na Rcl 31.258 Luís Roberto Barroso 07/12/2018

RECLAMAÇÃO – Impugnação de sentença que declara a nulidade de atos de constituição e registro de sindicato – Inadmissibilidade – Decisões paradigmas que não possuem efeito vinculante – Inexistência, ademais, de aderência estrita entre os julgados.

Supremo Tribunal Federal

AgRg no HC 150.150 Gilmar Mendes 01/02/2019

HABEAS CORPUS – Crime contra as relações consumo – Execução de penas restritivas de direito – Admissibilidade – Recursos já transitados em julgado – Hipótese de ausência de violação ao princípio da presunção de inocência – Inexistência, ademais, de teratologia, abuso de poder ou ilegalidade na decisão – Denegação da ordem que se impõe.

Supremo Tribunal Federal

160.456 Gilmar Mendes 15/02/2019

HABEAS CORPUS – Impetração buscando a liberação de visita direta entre paciente egresso e companheiro preso – Inadmissibilidade – Limitação do encontro ao parlatório que não configura restrição efetiva da liberdade – Direito de visita, ademais, que pode ser regulamentado pela administração penitenciária e pelo juízo da execução – Denegação da ordem que se impõe.

Supremo Tribunal Federal

AgRg no HC 156.962 Enrique Ricardo Lewandowski 22/02/2019

HABEAS CORPUS – Exame de tipicidade da conduta – Inadmissibilidade – Análise que demanda incursão nos fatos e provas do caso – Ação que é inviável na via estreita do writ

constitucional – Crime societário, ademais, que prescinde da descrição minuciosa da conduta, bastando expor o vínculo entre acusado e a sociedade comercial.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.783.068 Nancy Andrichi 05/02/2019

RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Possibilidade de celebrar contratos de factoring durante o processo de soerguimento, independentemente de autorização do juízo competente – Admissibilidade – Restrição de certos atos de alienação ou oneração de bens ou direitos no ativo permanente que não abrange os direitos creditórios, uma vez que o não integram subgrupos que compõe o ativo permanente da empresa.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.744.321 Nancy Andrichi 05/02/2019

DANO MORAL – Indenização – Vício do produto – Corpo estranho em pacote de bombons – Não ingestão que não afasta a compensação dos prejuízos – Risco potencial de danos à saúde e à integridade física e psíquica que se evidencia – Verba devida.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.778.910 Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues 06/12/2018

CERCEAMENTO DE DEFESA – Ocorrência – Concorrência desleal – Utilização de embalagem similar ao produto concorrente, ensejando confusão para a clientela – Indeferimento de prova pericial, tendo em vista a suficiência da comparação de fotografias pelo julgador – Prova que depende de conhecimento técnico, tendo em vista a complexidade do conjunto-imagem, formado por vários elementos que confirmam identidade à apresentação do produto.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ApCiv 1.0003.14.002414-6/002 Moacyr Lobato 15/03/2019

TUTELA DE URGÊNCIA – Saúde pública – Fornecimento de cadeira de rodas pelo Estado – Bloqueio de verbas públicas diante do descumprimento da decisão judicial – Admissibilidade – Direito à saúde que constitui preceito fundamental e justifica a construção de bens públicos.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.726.292 Ricardo Villas Bôas Cueva 12/02/2019

[INTERVENÇÃO DE TERCEIROS – Oposição à ação de usucapião – Inadmissibilidade – Caráter universal da ação que permite a participação de todos os interessados no polo passivo e afasta o interesse processual para atuação como oponente.](#)

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HC 426.526 Joel Ilan Paciornik 12/02/2019

[PRISÃO PREVENTIVA – Conversão da constrição em domiciliar – Inadmissibilidade – Aplicação do precedente jurisprudencial que concede o benefício às mães de crianças – Paciente apontada como líder do tráfico de drogas que exercia suas atividades mediante arma de fogo e possuía grande quantidade de drogas sob sua responsabilidade – Presença dos filhos no ambiente delitivo, aliada às circunstâncias da prisão, ademais, que justificam o afastamento da benesse.](#)

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.750.233 Nancy Andrighi 05/02/2019

[COISA JULGADA – Violação – Ocorrência – Liquidação de sentença por arbitramento que aplica a teoria da perda de uma chance para calcular os lucros cessantes – Institutos que possuem natureza distinta que configura a ofensa.](#)

Tribunal Superior do Trabalho

ERR 449-41.2012.5.04.0861 Cláudio Mascarenhas Brandão 07/02/2019

[DANO MORAL COLETIVO – Indenização – Empresa que descumpre os ditames legais sobre limites de jornada de trabalho e concessão de intervalos – Prática reiterada das infrações que fere a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho – Caracterização do dano, ademais, que prescinde de prova do efetivo prejuízo financeiro – Verba devida.](#)

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.436.460 Og Fernandes 13/12/2018

[JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA – Nulidade – Ocorrência – Ação civil pública – Improbidade administrativa – Ministério Público que não é intimado pessoalmente do acórdão – Hipótese que restou configurado o prejuízo pela atuação de diferentes representantes do Parquet nas instâncias processuais.](#)

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.695.778 Paulo de Tarso Vieira Sanseverino 26/06/2018

[DANO MORAL – Indenização – Efetivação de registro de nome de domínio de internet idêntico ao nome artístico de renomada atriz, sem autorização, vinculando no endereço eletrônico conteúdo pornográfico – Responsabilidade solidária do executor e administrador dos registros pelos danos à honra e à imagem que se evidencia – Verba devida.](#)

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

ApCrim 0004915-46.2013.4.01.3307 Néviton de Oliveira Batista Guedes 25/02/2019

[CRIME CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL – Redução à condição análoga à de escravo – Descaracterização – Inexistência de provas inequívocas de trabalho forçado, jornadas extenuantes ou restrição de liberdade – Inadequação da estrutura de trabalho, ademais, que não é o suficiente para configuração do delito – Absolvição que se impõe.](#)

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.712.163 Moura Ribeiro 08/11/2018

[PLANO DE SAÚDE – Fornecimento de medicamento importado não registrado pela Anvisa – Inadmissibilidade – Operadoras de plano de saúde que não são obrigadas a custear tratamentos experimentais ou medicamentos sem o devido registro na agência reguladora.](#)
